

O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS NOVAS TERRITORIALIDADES TURÍSTICAS EM COMUNIDADES RURAIS: UMA REALIDADE EMERGENTE NO DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ – MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

The cultural heritage and the new tourist territorialities in rural communities: an emergent reality in the Rincão da Cruz district – city of Pelotas/RS

Marcelo PANIS¹

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar o patrimônio cultural, entendido como sendo material, imaterial e natural, existente no território do Distrito de Rincão da Cruz, município de Pelotas/RS, que, refuncionalizado para a demanda turística, constitui ingredientes na construção de propostas de desenvolvimento local. Igualmente, verificar mecanismos de organização, planejamento e gestão do território turístico pelo poder público e pelas iniciativas locais dos habitantes da área rural, a partir de uma discussão em que os próprios habitantes da comunidade rural sejam os promotores das atividades turísticas no lugar. No tocante à produção teórica, pretende-se realizar uma reflexão sobre patrimônio cultural e o turismo em comunidades rurais, buscando contribuir com uma abordagem geográfica da temática.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Turismo; Espaço Rural; Refuncionalização.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing the cultural patrimony, known as being material, incorporeal and natural, which exists in the territory of the District of Rincão da Cruz, city of Pelotas/RS. This municipality has been working as a tourist demand, which are ingredients for the construction of proposals of local development. Likewise, it aims at verifying mechanisms of organization, planning and management of the tourist territory for the public power and the local initiatives of the inhabitants of the agricultural area, from a proposal in which the inhabitants of the agricultural community themselves are the promoters of the tourist activities in the place. Regarding the theoretical production, it is intended to carry out a reflection on cultural patrimony and tourism in agricultural communities, so as to contribute with a geographic boarding of the thematic one.

Keywords: Cultural Heritage; Tourism; Rural space; Refuncionalization.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
Membro do grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural do Instituto de Geociências - UNICAMP
Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel.
E-mail: panisgeo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante estabelecer o que se está considerando no espaço rural no presente trabalho. De maneira geral, Santos (1999, p. 63) afirma que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”, o que significa que o espaço pode ser urbano ou rural, variando segundo a escala estabelecida pra análise.

Nesta medida, num esforço de delimitar o foco da discussão estar-se-á considerando o espaço rural como sendo o da presença de funções produtivas específicas, como agricultura e agroindústria; da menor densidade demográfica, o que quer dizer uma menor ocupação humana da totalidade territorial; uma delimitação político administrativa dos limites territoriais, pois isto interfere não só na atividade produtiva como, também, na questão dos impostos e serviços municipais; o espaço em que há menos artificialização dos ecossistemas locais; e, finalmente, a presença marcante da cultura como sendo um elemento de distinção social em relação a outros lugares, uma vez que distintos lugares delimitados como rural podem, na verdade, estar impregnados de um cultura urbana¹.

Este conjunto de elementos, referenciados acima, denota que o espaço rural representa o conjunto das formas constituídas entre a sociedade e a natureza, em uma única paisagem socialmente produzida, por meio da marcante presença da cultura e da técnica, no qual se evidencia a presença de elementos materiais e simbólicos que relegam ao lugar traços identitários (FROELICH, 2004). Deve-se ressaltar, entretanto, que por meio da ação da cultura contemporânea, se disseminam elementos simbólicos urbanos, artificiais aos lugares, que vão sendo (re)absorvidos e (re)incorporados à cultura local, formando o que Canclini (1995) denominou como *identidade multicultural*, tornando-se, no decorrer do processo, um *espaço híbrido* (SANTOS, 1999).

No trato das atividades de turismo e lazer o estudo e interpretação da categoria paisagem é deveras relevante, pois esta é um dos principais elementos de comercialização do marketing turísticos.

Para a geografia a paisagem é uma categoria chave. Tal importância é revelada pelos inúmeros estudos e pesquisas realizadas por diversos pensadores

da área, contribuindo no seu entendimento e aprofundamento teórico. Evidentemente, neste trabalho, não haverá possibilidade de fazer referência a todos os pensadores que contribuíram com o tema. Neste sentido, para Santos (1999, p. 66),

[...] paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

Incrementando o debate a respeito da categoria Corrêa e Rosendahl (1998) afirmam que, para além das dimensões físicas e naturais, a paisagem possui outras dimensões que permitem a ela (a paisagem) conteúdos diferenciados. Segundos eles, a paisagem possui,

[...] uma *dimensão morfológica*, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma *dimensão funcional*, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma *dimensão histórica*. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma *dimensão espacial*. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma *dimensão simbólica*. (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 8, grifo nosso)

Esta contribuição ao tema está baseada em Sauer (1998, p. 23) para quem a paisagem *pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais*.

Assim, com base nestes estudos, compreende-se que a paisagem está para além da representação das formas espaciais, isto porque, as formas são efeito da ação do tempo e da sociedade sobre o meio, mediadas pela cultura, ou o que Sauer (1998) definiu como *paisagem cultural*.

Dando continuidade a discussão do rural, outro elemento pertinente é que este espaço, por meio do

1 Parar maiores esclarecimentos nesta discussão consultar Spósito e Whitacker (2005).

desenvolvimento capitalista, tende à tecnificação da produção agrícola que impõe aos lugares padrões produtivos, principalmente, na perspectiva do mercado externo.

Neste sentido, muitos agricultores e habitantes destes lugares tendem a buscar outras atividades produtivas ou promover novas funções às suas propriedades, ampliando a possibilidade de geração de ganhos, e é nesta perspectiva que o espaço rural vai adquirindo contornos multifuncionais (PANIS, 2007), atributo do espaço que tende a receber novas e múltiplas funções decorrentes dos usos que seus ocupantes designam, bem como o agricultor e outros membros do grupo familiar vão tornando-se pluriativos (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000), que diz respeito ao desenvolvimento de alguma outra atividade remunerada além da atividade agrícola, na perspectiva da obtenção de ganhos. Este é um fenômeno que Sacco dos Anjos e Caldas (2004) analisam em que, cada vez mais, há um êxodo agrícola no espaço rural e não mais o êxodo rural, como em décadas anteriores.

Estes elementos, somados à oferta de natureza, tais como matas, cachoeiras e cursos d'água, e a presença de animais silvestres, que são abundantes no meio rural, quando há menor artificialização dos ecossistemas locais; mais a presença de patrimônio material construído, como elementos constitutivos da paisagem e; a necessidade de gerar ganhos ao grupo familiar, engendram, na refuncionalização² do sistema de objetos, ingredientes necessários à promoção de atividades de turismo e lazer no espaço rural³. Esta afirmação se sustenta uma vez que as atividades turísticas tornaram-se um dos maiores mercados em movimentação de capital nas últimas décadas (CRUZ, 2001; MTUR, 2006).

Paes-Luchiari (2006, p. 49) analisa que *turismo, patrimônio cultural e qualidade ambiental seriam os novos ingredientes na atribuição de novos sentidos à paisagem urbana*. Mas, também o espaço rural tem sido o destino de muitos viajantes ou mesmo pessoas de regiões próximas, na busca de lugares para descanso e

lazer. Nesta medida, pode-se dizer que esta afirmação, também, se aplica a estes espaços, os quais possuem potenciais turísticos e de lazer que, muitas vezes, são explorados apenas individualmente por seus detentores, aqueles que possuem e/ou criam atrativos turísticos em suas propriedades, não havendo, em muitos casos, uma organização no sentido de planejar e pensar a gestão destes recursos de forma a potencializar o turismo como um circuito na região.

Nesta perspectiva de análise, observa-se que o espaço rural vem adquirindo novas funções ou refuncionalizando suas formas-conteúdos e paisagens, o que, segundo Cifelli (2005), compreendem os atributos do espaço com significados e sentidos segundo os conteúdos a elas atribuídos. Isso, decorrente do surgimento e da incorporação de outras atividades econômicas, principalmente, que estão presentes no processo de diversificação das funções espaciais, refuncionalizando seu patrimônio material e natural constituído.

Cabe ressaltar que as comunidades rurais, como no caso do Distrito de Rincão da Cruz, município de Pelotas/RS, objeto deste trabalho, região esta ocupada por imigrantes europeus não portugueses e seus descendentes⁴, em especial os imigrantes italianos e alemães, possuem a marcante presença de patrimônio cultural⁵, aqui entendido como sendo: *patrimônio material*, representando as formas construídas e perpetuadas na paisagem, constituindo uma herança no arranjo espacial do lugar; *patrimônio imaterial*, como sendo o produto intelectual, as técnicas, a religiosidade, o conhecimento acumulado e reproduzido, elementos da cultura que são reproduzidos pelos habitantes locais, representando um conjunto simbólico e identitário; e, *patrimônio natural*, representado por elementos da natureza socializada e transformada por meio da aplicação técnica das comunidades locais, que alteram o arranjo espacial segundo as necessidades de sua reprodução. Nesta medida, estes componentes do patrimônio cultural representam a memória e a paisagem, impregnada de elementos simbólicos e identitários da cultura local.

2 Sobre o tema da refuncionalização ver Evaso (1999)

3 Importante especificar que para este trabalho optou-se por não fazer distinção entre as atividades de turismo e de lazer, uma vez que estas ocorrem de forma imbricada no contexto das atividades locais.

4 Está sendo feita esta ressalva uma vez que o município de Pelotas, bem como a região sul do estado do Rio Grande do Sul, possui como característica a presença marcante de imigrantes portugueses, açorianos e espanhóis, além da presença de descendentes indígenas.

5 Neste trabalho concorda-se com Paes-Luchiari (2007) quando esta considera que o patrimônio cultural é constituído por parcelas do material, do imaterial e do natural.

A REFUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E A CRIAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES TURÍSTICAS

Inicialmente, três abordagens são importantes para demonstrar a crescente procura e a oferta do turismo no espaço rural nas últimas décadas como uns dos mercados em ascensão. Contudo, estas abordagens estão apenas metodologicamente divididas, pois no contexto dinâmico e complexo de sua efetividade são interdependentes, não ocorrendo separadamente.

Um primeiro aspecto, como já foi ressaltado, é fato da atividade turística ter se tornado um dos mercados com maior movimento de capital das últimas décadas (CRUZ, 2001; MTUR, 2006), bem como a ampliação dos fluxos de mercadorias, pessoas e informações.

Este processo deveu-se, em muito, ao aumento e a melhoria de sistemas logísticos como transporte e comunicação, o que possibilitou um melhor acesso aos lugares, seja virtualmente, por meio do marketing, seja fisicamente, pela melhoria e ampliação de todo um conjunto técnico.

Para Santos (1999) estes elementos são representantes da *tecnosfera*, neste caso um conjunto técnico disponibilizado para atender às demandas das atividades turísticas: estradas, infraestrutura, hotéis, e todo tipo de serviços que, em geral, são investimentos públicos para as demandas das empresas privadas, como é o caso dos recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur.

Sobre o Prodetur/NE, especificamente, Cruz (2001) analisa o alto grau de investimento de dinheiro público para criação de infraestrutura turística nas praias do nordeste brasileiro nas quais, *à posteriori*, acabam sendo de uso privativo pelos grupos empreendedores do turismo que constroem *resorts* de alto luxo, passando a ser inacessíveis à população local.

Um segundo aspecto, enfatizando que esta análise tem como foco o rural, é devido às transformações ocorridas neste espaço nas últimas décadas, por meio da tecnificação da produção e o direcionamento do mercado para a exportação, ou seja, inserindo-se em um mercado

mais competitivo, no qual a agricultura convencional, a agricultura familiar e a camponesa não tem capacidade de investimentos e de resposta ao mercado globalizado com a agricultura intensiva⁶.

Nesta medida, ampliados pelo processo de globalização e pelas melhorias técnicas nos sistemas de transporte e comunicação, os fluxos de capital, mercadorias, pessoas e informações, antes um fenômeno caracteristicamente urbano, passam a impor ao rural uma dinâmica compatível à velocidade dos fluxos urbanos, alterando a forma como os habitantes destes lugares compreendem seu próprio espaço, muitas vezes, mais estranho a eles.

Por fim, um terceiro aspecto a ser destacado, é a crescente busca, por parte dos habitantes do espaço urbanos, de contato com o “verde”, ou seja, um reencontro pela natureza⁷, abrindo precedente à possibilidade das famílias rurais ampliarem a renda familiar com a ocupação dos membros da família com atividades de turismo e lazer. Mas, de outro lado, esta busca por espaços de turismo e lazer junto às comunidades rurais pode, da mesma forma, representar uma estratégia, das empresas do *trade* turístico, de *mercantilização das paisagens naturais* (PAES-LUCHIARI, 2002, p. 25).

Certamente que lugares com reservas naturais remanescentes podem constituir um diferencial na oferta turística, mas, o que se deve ter no foco de análise é verificar a que tipo de prática se destina e em benefício de quem este patrimônio natural é utilizado.

Por este motivo a apropriação de ambientes naturais para a comercialização turística é um tema que tem recebido atenção dos pesquisadores nos últimos anos. Sansolo (2007, p. 56) ao analisar os diversos usos do patrimônio natural para as atividades turísticas, principalmente pelo público urbano, afirma que

[...] aos turistas não importa que os mares de morro estejam carecas, aos olhos desavisados trata-se de campos naturais e não uma antiga região de floresta que foi devastada. O mesmo ocorre em todas as regiões do país: o rural possui o significado de natureza ao homem urbano e dessa forma é mercantilizado pelo turismo.

6 Está-se utilizando como sinônimos a agricultura convencional, familiar e camponesa apenas para diferenciar do modelo de agricultura intensiva agroexportadora que recebe forte investimento de capital, tecnologia e incentivos governamentais, sendo praticada, em geral, em grandes propriedades.

7 Este processo é fruto de todo um movimento ambientalista, principalmente a partir da década de 1970, fortalecido por discursos, campanhas e o marketing global de organizações da sociedade civil, governos e empresas sobre preservação, reciclagem, desenvolvimento sustentável, dentre outros aspectos.

Assim, a mercantilização se dá por meio da seleção e valorização das paisagens naturais e do argumento da conservação dos ecossistemas naturais para a promoção de um desenvolvimento (sustentável) local e qualidade de vida, mas que, em muitos casos, sevem para serem reservas de mercado, *à posteriori*, transformadas em novas territorialidades turísticas, ou outras funções comerciais, podendo tornarem-se espaços de segregação sócioespacial. Sobre este aspecto Paes-Luchiari (2002, p. 29) analisa que *a dinamização do turismo no território brasileiro, positiva em muitos aspectos, acentuou, contudo, um desenvolvimento socioeconômico seletivo, tanto na escala local como na escala regional.*

Este se torna um aspecto importante para a análise, porque esta “preocupação” do capitalismo com a natureza e sua conservação, representada por campanhas governamentais, pelo marketing de empresas ecologicamente corretas e socialmente responsáveis, e pela influência dos meios de comunicação, permite produzir uma relação imagética da natureza, por meio de belas paisagens, muitas vezes cenarizações que escondem uma realidade na qual a natureza é apenas um recurso, uma mercadoria na qual os espaços, rurais ou urbanos, passam a ser as vitrines onde se demonstram os “produtos naturais”, lugares para a (re) produção da mercadoria natureza e onde os grupos sociais acabam por se tornar os consumidores destes recursos mercantilizáveis.

Não se está aqui querendo simplesmente afirmar que o capitalismo é o sistema que explora comercialmente a natureza enquanto que outros sistemas não o fazem, mas que a atual fase do capitalismo, denominada neoliberal, tem por principal característica a busca e ampliação dos lucros privados.

Assim, o que se está querendo demonstrar é que a ação do capital privado, em lugares nos quais há a possibilidade da promoção de atividades de turismo e lazer, ambientes urbanos ou rurais, visa a obtenção do lucro, em grande parte das vezes, expropriando a população local desta participação, como é o caso das cidades turísticas do litoral nordestino, do qual aborda Cruz (2001), ou de cidades como Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul, nas quais boa parte da população local não possui condições socioeconômicas de consumir os produtos turísticos locais.

Nos ambientes urbanos a ação do poder público em construir, conservar e arborizar a cidade com parques e jardins, por exemplo, é uma iniciativa significativa, pois a população local, os contribuintes e financiadores das obras e políticas públicas, merecem ambientes saudáveis e agradáveis ao convívio cotidiano. Mas,

muitas vezes, este processo de *enobrecimento*, do qual fala Zukin (1996), não visa apenas melhorar o ambiente urbano e, sim, valorizar o solo urbano como produto de mercado, neste caso, levando até mesmo à segregação do uso destes espaços enquanto condição social.

No que diz respeito ao rural, espaço no qual o ambiente natural visualmente é mais conservado, a ação do mercado se dá na valorização mercadológica sobre o uso do ambiente enquanto recurso, o que significa comercializá-lo enquanto produto turístico àqueles que buscam estes espaços e possuem as condições socioeconômicas para estarem nestes lugares.

Processos deste tipo, no ambiente urbano ou rural, podem levar à *mitificação dos lugares* (PAES-LUCHIARI, 2000), no sentido de produzir lugares que são comercializáveis, vendidos como mercadoria turística, podendo fazer com que as territorialidades locais deixem de pertencer às populações originárias, tendo seu acesso restrito, até mesmo, aos ecossistemas outrora de convívio cotidiano para estes. Igualmente, cada vez mais, por conta do desenvolvimento do turismo nos lugares, estes recebem a presença de pessoas estranhas à cultura local, processo que conduz a constituição de uma nova territorialidade e cultura, fazendo com que o lugar não mais seja de domínio das populações locais e, sim, correspondam às demandas turísticas.

Para ampliar esta discussão ter-se-á que estabelecer, ainda que de forma breve, qual o entendimento de cultura para este trabalho. Isto, porque, o conceito de cultura é polissêmico, possuindo distintas definições e interpretações por parte de cientistas das ciências humanas e sociais.

De início concorda-se com Santos (2005) de que a cultura não é apenas acumulação de tradições sociais, o que significa que a cultura, também, é dinâmica e está em constante processo de (re)constituição. Evidentemente, isto não quer dizer que a cultura de uma etnia ou comunidade, por exemplo, não possua características marcantes que lhes representam e os distingue dos demais, mas que sua cultura é viva.

Para Geertz (1978) a cultura é representada por um sistema de signos e significados criados e reproduzidos por um grupo social, nesta medida, interpretar as culturas significaria interpretar os símbolos, mitos e ritos, portanto, identificá-los como representantes de uma cultura, mesmo quando na construção cotidiana da identidade existam mudanças sociais.

Além disso, apesar da cultura ser dinâmica, em constante processo de (re)constituição, e representar a expressão identitária num tempo no espaço, significa que a identidade de uma comunidade, enquanto expressão cultural, é territorialmente situada. Em outras palavras,

os descendentes de imigrantes italianos do distrito de Rincão da Cruz, na região colonial de Pelotas, possuem uma italianidade própria de sua identidade, mas que é diferente de outras regiões de colonização, como as do centro e norte do estado ou das colônias de imigração em Santa Catarina, Paraná ou São Paulo. Além disso, são próprias porque estão territorialmente localizadas, se constituíram no lugar e ali são reproduzidas cotidianamente por meio da cultura material, imaterial e natural.

Na experiência cotidiana muitas práticas culturais foram abandonadas ou substituídas por outras, como é o caso do uso do dialeto ou mesmo a substituição de práticas culinárias ou de lazer, o que significa que estes descendentes de imigrantes vão (re)constituindo a cultura a cada novo período.

É nesta perspectiva que com o aumento da circulação de pessoas, por conta da atividade turística, pode, de um lado, fazer com que a cultura local mude para atender as necessidades do turismo ou, de outro, ressignificar sua prática cultural cotidiana retornando às práticas passadas para vender ao turismo uma italianidade que já não mais existe.

Em ambos os casos há a criação de práticas culturais cotidianas que não representariam mais esta comunidade, mas que estariam apenas a serviço das atividades turísticas, pois, afinal, é isto que o turista quer ver, mesmo que, muitas vezes, não represente a realidade.

Evidentemente nem todos os lugares são turísticos, pois, segundo Cruz (2001), os lugares vão tornando-se turísticos à medida que vão recebendo visitantes eventuais, solitários ou não. Por isso Knafou (1996) considera os turistas como a primeira fonte de turistificação dos lugares. Assim, mesmo que se verifiquem atrativos paisagísticos culturais e naturais, propensos às atividades turísticas, é necessário que haja o reconhecimento destes lugares pelos turistas.

Este reconhecimento dos lugares turísticos é possível, pois o turismo (no espaço rural), pode ser entendido, entre outros, como um *fenômeno social*, no qual as pessoas buscam o turismo como forma de fugir do urbano, na busca do contato com o “verde”, com a natureza e por espaços mais amplos e abertos, lugares de recreação, descanso físico e mental e cultural (ALMEIDA; RIEDL, 2000). Mas, também, como um *fenô-*

meno psicológico, porque a psique humana necessita de saídas temporárias, uma vez que o cérebro humano rejeita a monotonia (VIEIRA; OLIVEIRA, 2000).

Não obstante, o turismo deve ser interpretado como uma atividade complexa que influencia no meio político, social, econômico, cultural, geográfico e ambiental, e não apenas como uma atividade econômica mundialmente em ascensão, pois está relacionada ao aumento da circulação dos fluxos de capitais, pessoas, mercadorias e informações. No que diz respeito ao turismo rural concorda-se com Campanhola e Graziano da Silva (2002, p. 6) como sendo o

[...] conjunto de todas as atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades [ecoturismo, turismo religioso, turismo rural, dentre outros], definidas com base em seus elementos de oferta e na motivação para o descolamento.

Importante ressaltar que de maneira geral o turista busca imagens e ícones diferentes do cotidiano que vive. Urry (1996), afirma que o turista direciona seu olhar para aspectos da paisagem, do campo ou da cidade, que o separa da realidade de todos os dias, buscando novas paisagens como forma de fazer experiências que não reproduzam seu cotidiano.

O entendimento destes aspectos leva a perceber que no Distrito de Rincão da Cruz, município de Pelotas, na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, figura 1, região colonial marcada pela presença de imigrantes italianos e alemães⁸, há potencial para refuncionalização do patrimônio material construído e do patrimônio natural para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer. Esta afirmação condiz com Bortoncello (2004, p. 2) quando este argumenta que

los lugares que cuentan con un acervo patrimonial se convierten, por esta característica, en potenciales lugares turísticos. Queda definida así una ‘vocación turística’ del lugar, que solo requiere ser activada por procesos de gestión turística para su desarrollo.

8 O Livro-Tombo da Paróquia de Santa Anna, na Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz, registra a fundação da igreja, e o início da instalação da colônia dos imigrantes italianos, em 1884.



FONTE: Prefeitura Municipal de Pelotas

FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PELOTAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 LOCALIZACIÓN DEL MUNICIPIO DE PELOTAS EN EL ESTADO DEL RIO GRANDE DEL SUL

Deve-se ressaltar porque se considera a refuncionalização do patrimônio cultural um aspecto importante para o turismo nas comunidades rurais. Inicialmente porque o conjunto de objetos, as formas constitutivas da parcela material, que perderam sua funcionalidade original tendem a ser substituídas por novas *formas-conteúdos* (SANTOS, 1999), pois, não são apenas elementos da paisagem, mas são formas com funções específicas. Assim, se o patrimônio material construído nestas comunidades rurais obtiver novas funcionalidades, terá, da mesma maneira, a possibilidade de permanecer existindo, do contrário, serão substituídas para dar lugar a novas formas-conteúdos, para suprir demandas específicas do lugar, especialmente demandas econômicas.

No tocante ao patrimônio cultural existente no distrito de Rincão da Cruz, de acordo com as imagens que seguem, verifica-se a presença do *patrimônio material*

construído, representado por casas de pedra, moinhos, pontes antigas, o túnel do trem da antiga linha férrea, instrumentos de trabalho e de lazer, dentre outros, todos construídos pelos primeiros imigrantes e seus descendentes. Destaque, também, para os elementos do *patrimônio imaterial*, dos quais se pode destacar a culinária, as técnicas de trabalho, a prática religiosa, a produção do vinho, dentre outros traços da cultura, que ainda são reproduzidos pelos descendentes destes imigrantes. E, da mesma forma, destacam-se os elementos da exuberante paisagem natural, do *patrimônio natural* da região, na qual verifica-se a existência de cachoeiras, inúmeros cursos d'água, florestas, uma considerável diversidade flora e fauna, dentre outros elementos⁹.

9 Na perspectiva do desenvolvimento do turismo na região foi, a comunidade organizada, por meio de projetos de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, implantou, em 2006, o Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, com objetivos de preservar a memória histórica da comunidade italiana pelotense; desenvolver de atividades culturais e educativas por meio de projetos de educação patrimonial e ambiental; e, colaborar com o desenvolvimento econômico, ao estimular o turismo cultural.

IMAGEM 1



IMAGEM 2

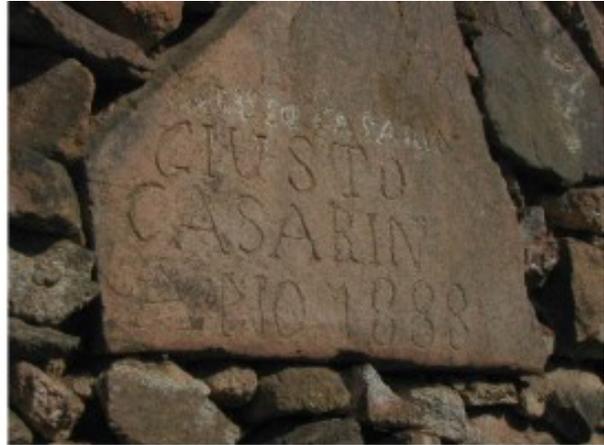


IMAGEM 1 - CASA DE PEDRA CONSTRUÍDA PELOS IMIGRANTES ITALIANOS, QUE PERTENCEU À FAMÍLIA CASARIN
IMAGEM 2 - DETALHE DA PEDRA QUE APRESENTA O ANO DE CONSTRUÇÃO DA CASA
FONTE: Panis (2007)

IMAGEM 3



IMAGEM 4



IMAGEM 3 - CASA DE PEDRA DA FAMÍLIA GRUPELLI
IMAGEM 4 - CASA DE PEDRA DA FAMÍLIA KOWALSK
FONTE: Panis (2007)

IMAGEM 5



IMAGEM 6



IMAGEM 5 E IMAGEM 6 - PATRIMÔNIO NATURAL DA REGIÃO COLONIAL
FONTE: Panis (2007)

IMAGEM 7



IMAGEM 8



IMAGEM 7 E IMAGEM 8 - O SABER FAZER RURAL E O CULTIVO DAS VINHAS
FONTE: Panis (2007)

IMAGEM 9



IMAGEM 9 - UVAS NO PARREIRAL UTILIZADAS PARA PRODUIR VINHO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS

IMAGEM 10



IMAGEM 10 - O SABER FAZER RURAL E A PRODUÇÃO DO VINHO

FONTE: Panis (2007)

IMAGEM 11



IMAGEM 11- ASPECTOS DA PAISAGEM COLONIAL – OS PARREIRAIS

IMAGEM 12



IMAGEM 12 - ASPECTOS DA PAISAGEM COLONIAL – PONTE DA ANTIGA LINHA FÉRREA

FONTE: Panis (2007)

Este conjunto de elementos, componentes do patrimônio cultural, identificados no distrito de Rincão da Cruz, representam lugares propensos à refuncionalização para a atividade turística, marcadamente entre o patrimônio material e natural. Da mesma forma, a cultura imaterial ainda reproduzida pelos imigrantes denota traços identitários do lugar, os quais podem representar atrativos àqueles que buscam conhecer elementos culturais representativos dos imigrantes na prática cotidiana do trabalho, religião, festas e culinária. Isto não significa que estes traços identitários estão intocados, ao contrário, representam uma herança que

se alterou com o tempo, que se fundiu com elementos contemporâneos criando uma nova identidade social, mas que guardam aspectos os quais possibilitam visualizar as práticas dos antepassados.

A figura 02 permite visualizar a localização do Distrito de Rincão da Cruz, bem como permite um panorama geral da organização político-espacial, na forma como o município está dividido. Ainda, é possível perceber que o distrito dispõe de uma acessibilidade por meio de estrada pavimentada, BR 392, o que facilita aos visitantes condições propícias para visitação aos lugares divulgados.

FIGURA 02 - REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ
REPRESENTACIÓN DE LA CIUDAD Y LOCALIZACIÓN DEL DISTRICTO DE RINCÃO DA CRUZ

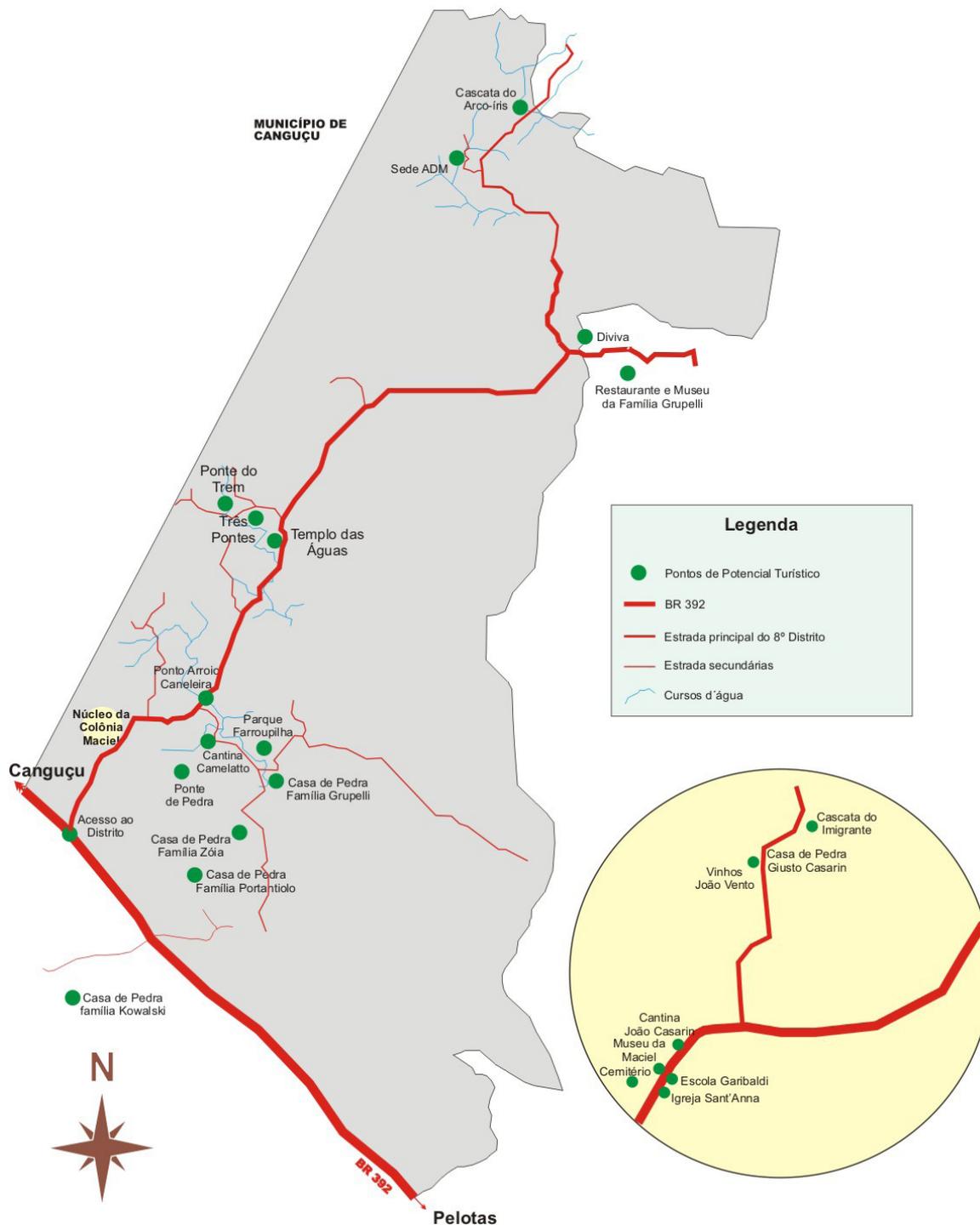


FONTE: Panis (2007)

A localização de diversos destes elementos do patrimônio cultural, os quais estão sendo tratados neste trabalho como pontos potenciais de refuncionalização

para uso das atividades turísticas, podem ser visualizados na figura 03.

FIGURA 03 - REPRESENTAÇÃO DO DISTRITO COM LOCALIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL
REPRESENTACIÓN DEL DISTRICTO CON LA LOCALIZACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL



FORTE: Panis (2007)

A possibilidade de refuncionalização das formas do patrimônio material construído, o uso racional dos recursos naturais existentes, bem como o uso do patrimônio imaterial como atrativo da região, colocam-se, de um lado, como uma proposta de desenvolvimento das atividades de cunho turístico e de lazer, de forma a divulgar e preservar o patrimônio cultural da região. De outro lado, acordando com Campanhola e Graziano da Silva (2002), coloca-se como uma alternativa de ganhos complementares às comunidades rurais que podem combinar o desenvolvimento de atividades agrícolas com turísticas ou, mesmo, serem abastecedoras de produtos coloniais para consumo dos visitantes.

Não há como deixar de ressaltar que as referências materiais e o patrimônio material construído, são historicamente constituídos e culturalmente valorizadas, fazendo com que os atributos do patrimônio cultural denotem singularidade ao lugar, por meio de relações, nem sempre, harmônicas (CIFELLI, 2005). Isto porque as territorialidades do lugar, inclusive as territorialidades turísticas também representam a construção de relações de poder, muitas vezes não se buscando o consenso, mas, sim, o poder hegemônico, neste caso, sendo o poder político local sob o comando dos habitantes do lugar, conhecedores das demandas e potenciais do distrito.

Este debate é importante, uma vez que se está analisando uma possibilidade da promoção do turismo de forma que este represente uma atividade desenvolvida pelos habitantes do próprio lugar, ou seja, a partir das horizontalidades. Esta perspectiva supõe que os habitantes da região colonial pelotense, trabalhadores pluriativos ou não, sejam os promotores das atividades em suas propriedades, organizadas e planejadas de maneira que possam gerir os resultados, positivos ou negativos, ao âmbito da organização local.

Apesar da densidade humana, no espaço rural, ser consideravelmente menor que no espaço urbano, pode-se dizer que há tanto a presença de um espaço banal com de um espaço das redes neste lugar. Desta maneira, o primeiro seria representado pela comunidade em seu relacionamento cotidiano, nas relações de trabalho, produção, convivência, dentre outros fatores que expressam a vida diária dos habitantes do lugar. O segundo seria representado pela presença das agroindústrias, como as de pêssego na região colonial, ou por alguns agricultores com produção tecnificada, mesmo em circuitos produtivos especializados¹⁰, conectados

verticalmente ao mundo por meio do mercado, no qual os lugares são hierarquicamente localizados segundo contornos produtivos.

O turismo é uma atividade complexa, pois envolve todos os elementos do lugar. Mas, analiticamente, sob o viés econômico, tende a ser uma atividade de investimentos e lucros privados, restando à esfera pública, em geral, fornecer obras de infraestrutura e manutenção de equipamentos em que, na maioria dos casos, os habitantes do lugar são excluídos da possibilidade de uso ou têm seu acesso restrito a estes (CRUZ, 2001). Assim, a instalação de um complexo turístico em determinado local, segundo nos alerta Moretti e Rodrigues (2001), sempre vem acompanhada dos discursos da geração de trabalho e renda, um discurso desenvolvimentista, nos quais os ganhos ficam com o capital privado.

No caso da região colonial de Pelotas as pousadas, lugares para camping, restaurantes, cantinas, pontos para banho, enfim, de atrativos aos serviços oferecidos pela população local ao turismo, ainda representam iniciativas dos habitantes locais, o que significa que não há, neste caso, investimentos de empresas do *trade* turístico.

Pode parecer utópico quando se aborda a possibilidade da promoção do turismo no espaço rural a partir dos habitantes organizados. Mas, o pano de fundo desta discussão é demonstrar que esta atividade pode ser gerida por um maior número de pessoas participando dos resultados, e não somente envolvidas no trabalho e todo aparato humano que o turismo necessita para acontecer, no qual as empresas, muitas vezes estranhas ao lugar, exploram os elementos naturais constituintes do lugar, bem como, em muitos casos, exploram a mão de obra das pessoas, sendo por meio do trabalho, muitas vezes, a única forma dos habitantes do lugar terem acesso aos espaços turísticos em suas cidades.

Na região colonial de Pelotas, por exemplo, alguns habitantes promotores de atividades de turismo e de lazer organizaram-se em um grupo para pensar e planejar ações no sentido de desenvolver o turismo e melhorar a divulgação de seus atrativos na região. O grupo denomina-se GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural, que reúne aproximadamente 15 empreendedores que atuam nas áreas de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental¹¹. Organizaram-se no objetivo de promover e incrementar o turismo sustentável na zona rural de Pelotas, propiciando melhoria na qualidade de

¹⁰ Circuitos produtivos especializados são aqueles em que todas as etapas do processo produtivo estão atreladas à indústria, como é o exemplo do fumo, na região central e sul do Rio Grande do Sul.

¹¹ www.pelotacolonial.com.br acesso em 2/4/2009.

vida dos residentes da Colônia, movimentando a economia e diversificando o lazer oferecido para o município de Pelotas e Região, o que representa iniciativas a partir do circuito inferior da economia, uma vez que é próprio dos habitantes locais.

Esta diferenciação da verticalidade das redes do *circuito superior* (SANTOS, 1999), neste caso relativo ao turismo e ao lazer, quer propor que o desenvolvimento destas atividades nas comunidades rurais não venha a representar processos de segregação sócioespacial, possibilitando que os habitantes do lugar sejam os beneficiados diretos pelos resultados, o que estaria situado no *circuito inferior* da economia, baseado em iniciativas locais, por meio da utilização dos próprios potenciais do patrimônio cultural da região colonial, como os referenciados anteriormente.

O aspecto principal a ser verificado na promoção das atividades de turismo e lazer na região colonial de Pelotas está relacionado ao uso do patrimônio cultural e da territorialidade local. Isto porque a oferta do produto turístico na região possui um valor econômico acessível, se comparado aos circuitos turísticos de regiões consagradas, como na porção norte do estado. Isso significa que o acesso e o consumo do produto turístico é possível às variadas classe socioeconômicas, o que, *à priori*, não desencadeia processos de segregação.

Além disso, se de um lado o turismo pode acelerar o processo de hibridização cultural, por conta da maior troca com os visitantes, pode, de outro lado, contribuir na preservação e conservação do patrimônio cultural, afinal, este seria o atrativo principal para a promoção destas atividades na região.

Em uma análise propícia, Santos (2000), aborda a *esquizofrenia da espacialidade local*. Esta esquizofrenia seria a capacidade do local representar, ao menos tempo e em um mesmo lugar, um espaço da obediência e um espaço da resistência. Assim, o primeiro, o espaço da obediência, representaria a cultura de massa, uma cultura externa ao lugar, no qual as pessoas seriam meros reprodutores dos mecanismos de consumo desta cultura, que é reproduzida pelos meios de comunicação e está diretamente vinculada ao movimento global do capitalismo. O segundo, o espaço da resistência, seria representado pela cultura popular, ou seja, por uma cultura que brota da ação consciente do lugar que reforça a importância da diversidade e da não homogeneização.

Ambos os espaços, da obediência e da resistência, são norteados pelo que Santos (1999) denominou de *psicosfera*, sendo que a reprodução dos elementos de uma ou de outra cultura, absorvidos e incorporados pelas comunidades locais, irá depender da resistência e da importância que as pessoas dão aos elementos de

sua própria cultura. Não se está afirmando aqui que a cultura não deve se transformar, se modificar no tempo e no espaço, pois se estaria negando um princípio dialético da condição espaço-temporal das sociedades.

O que se está afirmando é o cuidado que as culturas locais devem ter na incorporação de novos elementos culturais ou, mesmo, em não abrir mão de seus elementos identitários e simbólicos por conta de um marketing do mercado global que pressupõe a lucratividade e a homogeneidade de padrões culturais.

A abordagem da identidade e do simbólico são debates importantes quando o assunto tratado é o patrimônio cultural. Para Bortoncello (2004, p. 2) o patrimônio é *el conjunto de bienes acumulados por tradición o herencia, común al conjunto de los individuos que constituyen esa sociedad*. Isto significa, da mesma forma, que as pessoas se identificam com este *conjunto de bens*, de forma que estes representam e reforçam a identidade da sociedade local e um sentimento de pertença ao lugar.

Não se pode deixar de ressaltar que as empresas, considerando o turismo apenas como uma atividade econômica e apropriando-se do patrimônio, tendem a inferir custos de consumo a este, subvertendo a ordem de um valor cultural-simbólico, dos habitantes do lugar, por um valor comercial.

Assim, este é outro argumento que justifica as tentativas de promover o turismo a partir dos próprios habitantes do Distrito de Rincão da Cruz, como de toda a região colonial de Pelotas, o que, de certa forma, parece ser uma tarefa menos dispendiosa no espaço rural, onde as relações de identificação entre as pessoas, a cultura e os símbolos locais compreendem um maior conhecimento mútuo, uma maior solidariedade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem sobre patrimônio cultural na geografia configura-se como um tema relativamente novo. O assunto era tratado de forma indireta, por meio da temática do meio ambiente e outras temáticas relacionadas que, até então, nem mesmo eram abordadas como patrimônio natural.

Mas, de considerável importância, atualmente direcionam-se esforços à pesquisa e ao estudo do *patrimônio material*, este acervo de formas-conteúdo de uma cultura que são parcelas importantes do espaço relacionados ao sistema de objetos do lugar. Da mesma

maneira, estes esforços são direcionados ao *patrimônio imaterial*, que está associado ao sistema de ações e representações de uma cultura na experiência cotidiana das pessoas e na forma como se relacionam em sociedade. Além, evidentemente, de novas abordagens relativas ao *patrimônio natural*.

Além disso, sendo o espaço esse conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, próprio de cada lugar, de um lado, denota identidade, e de outro, é dinâmico e, portanto, representa o movimento, fluxos contínuos de pessoas, mercadorias e capital, o que justifica a importância de seu estudo, aqui sendo tratado por meio do uso do patrimônio cultural para as atividades de turismo e lazer na região colonial de Pelotas.

Por este motivo procurou-se discutir a possibilidade de os habitantes das comunidades rurais, detentoras de patrimônio cultural, como no caso do Distrito de Rincão da Cruz, em serem, eles próprios, os agentes e promotores das atividades de turismo e lazer, por meio da maior participação e envolvimento de pessoas da localidade, evitando que os investimentos e lucros desta atividade acabem ficando como capital privado de empresas do *trade* turístico.

Da mesma forma, constituiu-se numa contribuição teórica para a ciência geográfica, e às ciências sociais de um modo geral, por meio da análise da realidade social, política e econômica, de forma a avaliar os mecanismos utilizados pelo capital e as possibilidades de emancipação destes mecanismos como alternativa às comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A.; REIDL, M. (Orgs) *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000. 264 p.
- BORTONCELLO, R. Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística. In: JORNADAS INTERDEPARTAMENTALES DE GEOGRAFÍA DE UNIVERSIDADES NACIONALES. 3, 2004, Tucuman, Buenos Aires. *Anais...* 2004.
- CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1995. 266 p.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural Brasileiro*. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000. 176 p.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O lazer e o novo rural. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs) *Enfoques contemporâneos do lúdico* (III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade), Campinas: Autores Associados, UNICAMP, 2002, p. 3-24.
- CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG*. 220 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 123 p.
- CRUZ, R. de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2001. 167 p.
- EVASO, A. S. A refuncionalização do espaço. *Revista Experimental – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, FFLCH – Departamento de Geografia da USP, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 33-54, 1999.
- FROEHLICH, J. M. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs). *Espaço rural e desenvolvimento regional*. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004. 312 p.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. 323 p.
- KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.) *Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.
- MORETTI, E. C. RODRIGUES, A. M. Atividade turística e transformação territorial: discurso e ação do estado no Pantanal-MS. In: GERARDI, L.H.O.; MENDES, I.A. M. (Orgs.). *Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas da Geografia contemporânea*. Rio Claro: AGETEO, 2001. p. 269-271.
- MTUR - Ministério do Turismo. *Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil*. Brasília, 2006. 31 p.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. *Turismo em análise*. ECA-USP, São Paulo, v. 11, n. 1, Maio, p. 35-43, 2000.
- _____. A Mercantilização das paisagens naturais. In: *ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS DO LÚDICO: III CICLOS DE DEBATES LAZER E MOTRICIDADE*. Campinas: SP, 2002, p. 25-42.
- _____. Centros históricos - mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *GEOgraphia*, Revista de pós-graduação em Geografia, UFF/Rio de Janeiro, n. 15, p. 25 - 41, 2006.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, B.; SERRANO (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papyrus, 2007. p. 25-46.

- PANIS, M. *O Turismo no perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS*. 118 p. Monografia (Conclusão de Curso) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas-RS, 2007.
- SACCO DO ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, v. 7, 2004. p. 72-105.
- SANSOLO, D. G. Os espaços do patrimônio natural: o olhar do turismo. In: PAES-LUCHIARI, B.; SERRANO (Orgs.) *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papyrus, 2007. p. 47-78
- SANTOS, A. P. Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho. SIMPÓSIO NACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO. 9, Ponta Grossa: Paraná: CEFET, 24-26 de novembro de 2005.
- SANTOS, M. *A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1999. 392 p.
- _____. *Território e sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.
- SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, [1925]1998. p. 12-74.
- SPOSITO, M. E.; WITCKER, A. M. (Orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre uso urbano e rural*. São Paulo: Contexto, 2005. 247 p.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1996. 232 p.
- VIEIRA, M. L.; OLIVEIRA, L. de. Imagem Turística. *Geografia*. Rio Claro: AGETEO, n. 01, v. 25, abr., p. 23-35, 2000.
- ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 205-219, 1996.